

Associação Brasileira de Escritores

dinâmica de uma disputa*

Brazilian Association of Writers

dynamics of a dispute

ANA AMÉLIA DE MOURA CAVALCANTE DE MELO

Departamento de História. UFC
Av. da Universidade, 2762. Benfica.
Ceará. CEP 60020-180. Brasil.
anameliademelo@gmail.com

RESUMO Em 1942 foi fundada a Associação Brasileira de Escritores com a proposta de regulamentar questões específicas do ofício de escritor, porém o momento político de sua criação e o caráter das preocupações destes escritores sublinhavam a questão política refletindo, especialmente, sobre o papel do escritor no mundo contemporâneo. Um momento central de atuação da ABDE será o I Congresso Brasileiro de Escritores realizado em São Paulo em 1945. O objetivo deste artigo é o de analisar este encontro abordando-o como *lócus* privilegiado para a compreensão da importância do escritor neste contexto de final de guerra. Seu estudo nos possibilita refletir sobre as dimensões políticas e culturais dos manifestos desta geração de intelectuais e a complexa dinâmica política e social entre os anos 1942-1949.

Palavras-chave ABDE, intelectuais, Estado Novo

* Artigo recebido em: 03/08/2010. Aprovado em: 10/03/2011.

ABSTRACT In 1942 was founded on the Brazilian Association of Writers with the proposed regulatory issues specific to the letter writer, but the political moment of its creation and the nature of the concerns of these writers emphasized reflecting the political issue, especially on the role of the writer in contemporary world. A focal point of action of ABDE is the Brazilian Congress of Writers held in São Paulo in 1945. The aim of this paper is to analyze this meeting addressing him as the privileged locus for understanding the importance of the writer in this context of end of war. Their study enables us to reflect on the political and cultural dimensions of the manifestos of this generation of intellectuals and the complex political and social dynamics between years 1942-1949.

Keywords ABDE, intellectuals, Estado Novo

Introdução

Ninguém pode fugir à sombra que o mundo lhe projeta. Nesse chão sem firmeza e por essa cena mal iluminada atravessa o fantasma do intelectual vagamente hamletizado. – Que vens fazer aqui? Perguntará o público-multidão. Resolver os teus problemas ou os nossos? Exibir o teu desespero, agravar as tuas dúvida? Ou ajudar-nos a encontrar o que nos falta, exprimir o que sofremos, formular o que queremos? É para nos libertar ou para nos explorar que escreves?

Anibal Machado

Com estas palavras Anibal Machado, em discurso de boas vindas, daria abertura ao I Congresso Brasileiro de Escritores concebido em São Paulo em Janeiro de 1945. As palavras são esclarecedoras sobre a tônica do encontro e sua importância política. A Associação Brasileira de Escritores (ABDE) organizada em 1942 tem seu regimento de fundação datado de 12 de fevereiro de 1943.¹ Dois anos depois realizaria o I Congresso Brasileiro de Escritores. Um dos temas centrais debatidos nesse encontro será o papel do escritor no mundo contemporâneo, especialmente na defesa dos princípios democráticos.

O encontro teria importância política e cultural inquestionável. Diariamente a imprensa acompanhava suas atividades e debates durante a semana de 22 a 27 de janeiro desse ano. Paralelo ao evento se realizaria uma programação cultural na cidade voltada para os congressistas visitantes assim como para o público em geral, com apresentação do Grupo Teatro Experimental, exposição de artes, visitas e festejos.²

1 Universidade Estadual Paulista (Unesp). Arquivo Astrojildo Pereira (AAP). Centro de Documentação e Memória (CEDEM). Estatuto da ABDE, 12/02/1943.

2 *Folha da Manhã*, 23 de janeiro de 1945.

A relevância deste encontro de escritores no âmbito do processo de redemocratização tem sido apontada na produção acadêmica especialmente nos estudos referentes à história do PCB e de intelectuais brasileiros.³ No entanto pouco tem sido pesquisado sobre a organização da associação que convoca este e outros Congressos de Escritores que acontecerão seguidamente e que serão palco de intensas disputas. De um modo geral, as interpretações enfatizam o caráter político dos congressos, o consenso alcançado em 1945 e as estreitas vinculações de seus membros com o PCB. Contudo vale ressaltar que o estudo de uma documentação bastante dispersa revela matizes e tensões a respeito da composição e das diretrizes da ABDE, especialmente no período de sua fundação em 1942 até os primeiros anos, ainda na década de 40.

A correspondência trocada entre Carlos Drummond de Andrade e Francisco de Assis Barbosa durante o ano de 1943 menciona, em diversas passagens, a ABDE. O tom indica otimismo e entusiasmo com relação às funções da Associação. Surgem críticas, porém voltadas para certa demora no encaminhamento dos processos de funcionamento. Francisco de Assis Barbosa queixa-se explicitamente da demora no envio de sugestões sobre tabela de direitos autorais.⁴ A importância do tema de direitos autorais era de tal ordem que constaria no próprio estatuto da ABDE, no qual estabelece como objetivo principal defender os direitos de autor. A questão fora levantada no Congresso de São Paulo e consta em seus anais de um apêndice encomendado ao advogado Alberto da Rocha Barros sobre a legislação então em vigor a respeito de direitos autorais. O enfrentamento entre estas duas proposições, ou seja, uma entidade profundamente politizada ou uma associação estritamente profissional assinalava uma tensão particular e que terá desdobramentos importantes.

A questão política e a profissionalização

A complexidade da configuração política dos anos 1940 nos ajuda a pensar a formação da ABDE. Destaca-se a preocupação deste grupo de escritores no combate ao Estado Novo e especialmente a influência do PCB, contudo é interessante atentar para a pluralidade de atores. Quem eram estes escritores? Na análise e levantamento realizado a partir dos anais do Congresso verifica-se uma participação nos debates de 77 intelectuais, contando apenas aqueles que pediram a palavra para discutir ou

3 Alguns trabalhos podem ser citados: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Ática, 1994; CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1986; RUBIM, Antonio Albino Canelas, *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. In: MORAES, João Quartim de. (org.) *História do marxismo no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 2007.

4 Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB). Carta de Francisco de Assis Barbosa á Carlos Drummond de Andrade. 08/07/1943.

apresentar alguma tese. Desse número não fazem parte quem participa das comissões e os convidados que não intervêm nas discussões em plenário. A diretoria que, se reuniria, entre outras ocasiões, em 1943, no Rio de Janeiro, tinha nomes como de Aurélio Buarque de Holanda, Otávio Tarquínio de Souza, seu primeiro presidente.⁵ Entre os fundadores estavam também Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Astrojildo Pereira, Sérgio Milliet, Antonio Candido e os diversos escritores consagrados do momento como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Mario de Andrade, Raquel de Queiroz, Aníbal Machado, Monteiro Lobato, etc.

Segundo nos adverte Randal Johnson,⁶ a própria fundação da ABDE se daria nos escritórios do jornal *A manhã*, de propriedade do Estado e órgão oficial deste. A direção do periódico estaria a cargo de Cassiano Ricardo, um dos porta-vozes do Estado Novo. Este teria sido um dos fundadores da associação. Em carta a Drummond, com data de 23 de março de 1949, Cassiano fala da necessidade e apoio ao movimento iniciado em “favor da verdadeira finalidade da Associação. Tem que ser ela, de novo, um órgão defensor de nossa classe e não instrumento desta ou daquela facção política”. Cassiano coloca em dúvida sua situação por ter se mudado para São Paulo e não objeta nenhuma adversidade de caráter político. Deve-se destacar a ênfase dada em ser a ABDE, de novo, uma associação de classe.

Ao pensar, portanto, na conjuntura política dos anos 40, especialmente a partir de 1942, ano em que o Brasil entraria na Guerra, deve-se ter em conta algumas clivagens importantes. Se por um lado há uma mudança da política externa brasileira abandonando a posição de neutralidade, com apoio efetivo aos Aliados, por outro, crescia as manifestações e resistências contra o Estado Novo. A participação do Brasil na guerra significava adesão pública do governo aos princípios democráticos, assinalando, portanto, uma contradição com a política interna autoritária. A nova postura do governo permitiu a elaboração de um discurso de união nacional, ao qual diversos setores aderiram, incluso o PCB, dirimindo algumas arestas oposicionistas. Porém, as demandas internas pela ampliação da democracia não arrefecem. A dinâmica desse processo torna-se visível com o surgimento de inúmeras organizações e manifestos, reclamando maior liberdade política. Em São Paulo, organiza-se o Grupo Radical de Ação Popular em 1942, depois chamado de Grupo da Resistência com a presença de intelectuais e estudantes como Antônio Candido. Desse grupo nasceria, após 1945, a Esquerda Democrática e posteriormente o PSB. Alguns de seus membros assinariam a lista de fundação da UDN assim como teriam simpatizantes comunistas. No mesmo período, no ano de 1943, no Rio de Janeiro tam-

5 ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

6 JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). *Revista da USP*, São Paulo, junho/agosto, p.165-181, 1995.

bém seria fundada Sociedade Amigos da América, com a participação dos generais Manuel Rabelo, Horta Barbosa e Candido Rondon e líderes da futura UDN Afonso Arinos e Virgílio de Melo e Franco. No manifesto de fundação declarava-se que seu fim era lutar contra o fascismo.⁷ Outra entidade semelhante foi a UTI (União dos Trabalhadores Intelectuais) criada em 1945 no Rio de Janeiro. Astrojildo Pereira seria seu presidente provisório. Segundo Drummond, a ideia vinha sendo pensada, com o propósito de aliviar as demandas políticas da ABDE, porém só toma forma a partir de março quando se realizam algumas reuniões com a presença de Otávio Tarquínio de Souza, Drummond e Astrojildo Pereira. Esta entidade teria uma fisionomia abertamente partidária, emitindo um documento de apoio à campanha do candidato Brigadeiro Eduardo Gomes.⁸ Nessas entidades não era raro a circulação e participação de uma pessoa em variados grupos.

Movimento de importância política nestes anos será também realizado pela UNE que organiza em julho de 1942, passeata no Rio de Janeiro em favor da declaração de guerra do Brasil. Assim como em outras entidades, suas divergências políticas internas, neste momento especial, eram em grande parte, pautadas pelo apoio ou não ao projeto de união nacional. Em 1943 se realizará o VI Congresso da UNE e a Semana Anti-fascista. Por outro lado entre os Comunistas, a política oficial do PCB se organizaria em torno à Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP) em defesa da união nacional com Vargas, posição que não era unânime.⁹

Ainda no contexto de 1945 é importante recordar que será também no bojo dessa mobilização, alguns meses depois de realizado o I Congresso de Escritores, em abril desse ano de 1945, que seria criada a UDN com o mesmo caráter de um conglomerado amplo de luta pela democracia. Segundo Benevides, a UDN se constituía em sua fundação como um partido agregador de amplas tendências. A autora identifica cinco tendências bem claras, entre elas um grupo de liberais onde se incluíam intelectuais e jornalistas vinculados à ABDE. As outras quatro restantes seriam as oligarquias destronadas em 30, os antigos aliados de Getúlio marginalizados depois de 30, os participantes do Estado Novo mas que se afastaram antes de 45, e ainda as esquerdas. Aqui se identifica intelectuais e políticos de tendências socialistas e que dois meses depois formariam a Esquerda Democrática com um manifesto de apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes e também alguns comunistas dissidentes (RS).¹⁰ O exemplo da UDN é ilustrativo da intrincada

7 HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. (orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

8 União dos Trabalhadores Intelectuais. Programa, Declarações e Princípios. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1945. Consulta na Biblioteca Nacional, RJ.

9 *Dicionário Histórico biográfico Brasileiro*, <http://cpdoc.fgv.br/acerivo/dhbb>. Verbete UNE; e BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p.33.

10 BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*, p.28.

configuração política deste momento. Um partido que, alguns meses depois, já assumiria um perfil liberal, teria no seu registro de fundação assinaturas de comunistas como Astrojildo Pereira. O exemplo nos serve para pensar o elenco heterogêneo da ABDE. Não podemos deixar de lembrar que é nesse ano, em maio, que é decretada a Lei Agamenon, garantindo a organização de um sistema partidário agora em âmbito nacional. O panorama político seguinte seria amplamente polarizado entre o getulismo e o antigetulismo expressos nos três maiores partidos: PTB, PSD e UDN.¹¹

A pluralidade política situava-se em torno às exigências de democratização, ou seja, muito claramente, fim das leis restritivas à liberdade de comunicação e associação. Nesse sentido, a declaração final do Congresso dos Escritores é explícita: “legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna”.¹² Entretanto este era apenas um ponto de partida. As diferenças de entendimento dessa democratização vislumbravam as divergências de fundo ideológico.

Nesse contexto vale lembrar a importância da experiência do queremista, movimento popular fundamental na criação do PTB e na reorientação do PCB pós-1945. Se o Partido Trabalhista foi fruto da construção de uma ideologia trabalhista elaborada a partir de bem sucedidas políticas públicas de proteção ao trabalhador, organizadas pelo Ministério do Trabalho e apoiadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante os anos 1930 e 1940, esta não se concretiza sem o apoio popular que se expressa a partir de 1945 no movimento queremista. É nesse apoio popular que podemos encontrar as bases sólidas do trabalhismo.¹³

Qual a importância da ABDE neste momento? De que maneira ela espelhou e equacionou essa diversidade? Entre os congressistas, nos seus discursos, nas declarações realizadas na imprensa antes do evento e no calor da hora, há uma clara consciência de sua importância. Note-se que durante o Congresso, Florestan Fernandes escreveria alguns artigos na *Folha da Manhã* de São Paulo,¹⁴ numa coluna especial chamada À Margem do I Congresso de Escritores. Nela ele apontava a valor histórico do evento.

11 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

12 *Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores*, p.155. A declaração lida e aclamado era composta de três princípios e uma conclusão. Acima menciono apenas o primeiro princípio.

13 GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, p.57.

14 A *Folha da Manhã* no fim do governo Vargas assume uma postura contra o Estado Novo, falando em defesa dos princípios democráticos. Entrando desde que fora comprado por Otaviano Alves de Lima, de família tradicional, em 1931, sua linha editorial buscava não confrontar diretamente com Vargas e assumiria interesses dos setores da agricultura paulista. Ver: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

Durante os anos 1930 e 1940 no Brasil é possível constatar uma lenta autonomização do trabalho intelectual, relacionado a uma série de mudanças mais profundas da sociedade que possibilita, segundo as palavras de Antonio Candido, um alargamento de participação e uma mudança no campo da cultura.¹⁵ Especificamente no final do Governo Vargas há uma grande mobilização, vários grupos sociais organizam-se criando associações e elaborando manifestos contra o Estado Novo. O processo de fundação da ABDE segue também em paralelo à intensificação das manifestações pela redemocratização. A criação da ABDE deve ser pensada nesse contexto como também expressa a necessidade e as aspirações de autonomização. Por outro lado verifica-se uma ampliação do mercado editorial e os procedimentos de algumas editoras que colocavam em prática o pagamento antecipado dos direitos dos autores, permitindo a um grupo de escritores dedicarem-se à literatura como principal atividade profissional, como nos casos de Jorge Amado, José Lins do Rego e Érico Veríssimo.¹⁶

A profissionalização do trabalho intelectual, entretanto, neste momento tem no Estado um dos principais lugares de atuação. A criação da ABDE e o Congresso de 1945 e suas palavras de ordem contra o Estado Novo não podem fugir desta complexa relação. Entre os intelectuais era evidente a consciência de suas contradições. Nesse sentido é esclarecedora a carta que Graciliano Ramos escreve à sua esposa Heloísa Ramos, comentando sua ida ao Ministério:

Vi lá, num corredor, o nariz e o beijo caído de s. exc. o sr. Gustavo Capanema. Zéllins acha excelente a nossa desorganização, que faz com que um sujeito esteja na Colônia hoje e fale com ministros amanhã; eu acho ruim a mencionada desorganização, que pode mandar para a Colônia o sujeito que falou com o Ministro.¹⁷

Segundo os estatutos da ABDE, a associação, com sede no Rio de Janeiro, teria a finalidade de “defender os direitos fundamentais do indivíduo intelectual e zelar pelos interesses dos escritores brasileiros mediante fiscalização e cobrança, no país e no estrangeiro, de direitos autorais, assistência a seus associados e, em geral, a escritores necessitados”.¹⁸ Autores de qualquer trabalho intelectual publicado em qualquer meio e que proporcione direitos autorais poderiam ser sócios. As funções, portanto, são de dar garantias mínimas de uma regulamentação da questão autoral, representando legalmente os escritores.

De fato, entre a correspondência trocada por Drummond e a editora Americ=Edit, encontra-se afirmação clara sobre como seriam pagos os

15 CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos*, São Paulo, n.4, p.27-36, abril, 1984.

16 MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.187.

17 RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1982, p.178.

18 AAP. CEDEM. Estatuto da ABDE, 12/02/1943.

direitos autorais. Sobre a edição do livro *Confissões de Minas*, Drummond propõe, em carta de 28 de setembro de 1943, que os direitos autorais sejam de 11 % sobre o preço de capa, sendo 1% para o fundo da ABDE. Drummond ressalta afirmando:

Outros editores, com os quais se entendeu a diretoria da ABDE já se dispuseram a fazer combinação idêntica para o fim de prestigiar a sociedade em fase de organização e dar-lhe a base financeira de que necessita.¹⁹

A criação da associação e seu funcionamento era um tema bastante presente em diversas dessas correspondências, indicando certo grau de mobilização e interesse nacional de muitos escritores. Francisco de Assis Barbosa na correspondência trocada com Drummond discute sobre as possibilidades de criação da ABDE em Belo Horizonte e do interesse de alguns escritores. O conhecimento do estatuto teria levado ânimo aos interessados. Os estatutos estabelecem além da cobrança de direitos autorais, seguindo tabela, cobrança de mensalidade do associado garantindo dessa forma manutenção dos escritórios.²⁰ A atuação da ABDE é regulamentada por esse estatuto firmado por 26 escritores e funcionaria até 1958 quando se transformaria em União Brasileira de Escritores.²¹ Além das seções do Rio e São Paulo, registram-se nos Boletins da Associação a existência e funcionamento de seções em Pernambuco, Ceará, Pará, Piauí, Sergipe, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.²² As seções tinham seus registros efetuados nos cartórios estaduais competentes e seus estatutos publicados em Diário Oficial do Estado.

O Congresso

Segundo o registro de Werneck Sodré, Carlos Drummond e pelas palavras de alguns escritores presentes no encontro, a realização do Congresso é organizada desde 1944 através de uma série de reuniões que buscam estabelecer uma linha coerente de ação.²³ As notícias são entusiasmadas. Uma organização de fôlego, com muitos, pelo Brasil, escrevendo para participar, eleições de chapas para delegações, etc. No Rio de Janeiro, as

19 FCRB. ANDRADE, Carlos Drummond de. Carta de 28/09/1943.

20 FCRB. Carta de Francisco de Assis Barbosa a Carlos Drummond de Andrade. 03/02/43.

21 Os 26 escritores que assinaram o documento de fundação foram seguintes: Manuel Bandeira, Levi Carneiro, Rubem Braga, Josue Montello, Francisco de Assis Barbosa, Roberto Alvim Correia, José Honório Rodrigues, Wilson Louzada, Aydano do Couto Ferraz, Antonio Simões dos Reis, Vinícius de Moraes, Peregrino Junior, Graciliano Ramos, Wilson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Fernando T. de Souza, Marques Rebelo, Genolino Amado, Melo Lima, Aurélio Buarque de Hollanda, Astrojildo Pereira, Osvaldo Alves, Odylo Costa Filho, Emil Farhat, Arnaldo Damasceno Vieira, Pinheiro de Lemos.

22 ABDE. CEDEM. *Boletim Mensal de Literatura*, n.1, agosto de 1949.

23 ANDRADE, Carlos Drummond. *O observador no escritório*: páginas de diário. Rio de Janeiro: Record, 1985 e SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, v.1.

reuniões faziam-se na redação da *Revista do Brasil* e frequentemente na casa de Aníbal Machado.

Werneck Sodré indica, em suas memórias, o interesse em torno ao Primeiro Congresso. A organização e planejamento eram grandes. Pretendia-se reunir cerca de 200 escritores de todos os Estados. Em carta a Weneck Sodré, Edgar Cavalheiro fala do entusiasmo que envolve o conclave.²⁴

Nas semanas anteriores ao Congresso o *Correio da Manhã* de São Paulo, de propriedade de Paulo Bittencourt já daria cobertura ao evento. Este jornal é apontado pela historiografia como o primeiro a romper o cerco da censura ao publicar em fevereiro de 1945 a entrevista com José Américo de Almeida criticando o Estado Novo.²⁵ Esta posição já se fazia sentir abertamente durante a preparação do Congresso da ABDE e sua realização. Enquanto que as notícias sobre sua organização eram poucas, especialmente na imprensa carioca, o *Correio da Manhã* já no início do mês de janeiro publicava diversas matérias de literatura onde comentava obras de escritores envolvidos na preparação do Congresso. Em 14 de janeiro, na sessão Vida Literária anotava o lançamento do livro *Vila Feliz* de Aníbal Machado, aproveitando para indicar a realização próxima do Congresso. O jornal nas vésperas do encontro informa em nota que estavam indo de trem do Rio para São Paulo adidos culturais das embaixadas estrangeiras, especialmente convidados, bem como representantes da imprensa estrangeira e carioca.²⁶

No Rio de Janeiro, *O Jornal* de propriedade de Assis Chateaubriand será o que dará maior cobertura noticiosa ao evento. Em 5 de janeiro publicava nota onde indicava que as teses para o I Congresso eram apresentadas antecipadamente. Quando as comissões se reuniram no Congresso algumas teses eram de conhecimento público. Em *O Jornal* falava-se da tese de Helio Pelegrino, *O Escritor e a Luta Contra o Fascismo*, assim como a questão dos direitos autorais. Este periódico apontava para uma expectativa de que o evento teria grande significado. Assim noticiava *O Jornal* os preparativos:

Pelo movimento de curiosidade despertado, pelo número de consultas formuladas à ABDE sobre a organização, temas e teses que serão debatidos, o Congresso Brasileiro de Escritores promete alcançar um brilho excepcional. Todos os detalhes estão sendo estudados – desde o problema de transporte e instalação das delegações aos problemas mais sérios e transcendentais que dizem respeito às reivindicações dos homens de letras – escritores e jornalistas do Brasil. Ainda hoje esteve reunida a diretoria da ABDE afim de estudar minuciosamente todos os aspectos do certame que se avizinha.²⁷

24 SODRÉ, Nelson. Werneck. *Memórias de um escritor*, p.330.

25 *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

26 *Correio da Manhã*, sábado 20 de janeiro de 1945.

27 *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1945, p.3.

O Congresso reuniria delegados de diversos estados brasileiros. Alguns exemplos podem ser citados como de Alagoas que seria representado por Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda; a representação do Ceará seria feita por Raquel de Queiroz, Raimundo Magalhães e Herman Lima. Minas Gerais teria uma numerosa representação com nomes como de Fernando Sabino, Milton Pedrosa, Francisco Iglesias, etc. A delegação do Distrito Federal seria composta de vinte membros entre eles Affonso Arinos, Aparício Torely, Augusto Frederico Schmidt, José Lins do Rego, Moacir Wernneck de Castro, Manuel Bandeira, Sergio Buarque de Holanda, etc. O Estado do Rio seria representado, entre outros, por Astrojildo Pereira e Prado Kelly, São Paulo por Caio Prado, Antonio Candido, Mário de Andrade e Monteiro Lobato. As maiores delegações eram de Bahia com 27 membros, Distrito Federal com 49, Minas Gerais com 28, São Paulo 26 e Rio Grande do Sul com 26. No total foram organizadas delegações de 21 estados, além das delegações estrangeiras da França, Suíça, Inglaterra, Rússia, Áustria, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Grécia, Estados Unidos, Canadá, República Dominicana, Paraguai, Panamá e México. Em alguns casos os escritores estrangeiros eram exilados como Ernesto Feder da Alemanha e Lucio Pinheiro dos Santos de Portugal.²⁸

Além das 21 Delegações Nacionais, 16 Delegações Estrangeiras, uma Comissão Jurídica e 10 instituições Culturais e Profissionais que comporiam o Congresso seriam ainda nomeadas na Primeira Sessão Plenária dirigida pela mesa organizadora, cinco comissões de teses distribuídas nos seguintes temas: Comissão A – de Direitos Autorais; Comissão B – de Cultura e Assuntos Gerais; Comissão C – de Assuntos de Teatro, Imprensa, Rádio e Cinema; Comissão D – de Assuntos Políticos; Comissão E – de Redação e Coordenação. A comissão jurídica trabalharia conjuntamente com a de Direitos Autorais. O Congresso seria regido por um Regimento Interno votado em sessão preparatória que se realizou em 19 de janeiro. No Regimento ficava estabelecido que o Congresso teria por fim “apreciar, discutir e deliberar sobre toda a matéria que diga respeito aos interesses da cultura e ao exercício da atividade do escritor, sem exclusão de qualquer especialidade, desde que a referida matéria lhe seja apresentada sob a forma de teses, indicações, projetos e ante-projetos”.²⁹

A dinâmica do congresso consistia na reunião das comissões para análise das teses apresentadas e elaboração de parecer a ser lido em plenário pelo relator. O plenário aprova ou rejeita o parecer ou ainda indica sua publicação. Algumas destas teses seriam rejeitadas, porém recomendada

28 *Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores*. São Paulo: Imprensa Gráfica, 1945. Sobre a participação de Ernesto Feder ver: KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. São Paulo: Record, 2002, p.451.

29 *Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores*, p.11.

para publicação pela importância do tema para o conhecimento de todos. Ao todo foram discutidas aproximadamente 50 teses das quais 13 seriam aprovadas e 17 recomendadas para publicação. De acordo com Aníbal Machado, presidente da terceira sessão plenária ocorrida em 24 de janeiro, em resposta a Vinicius de Moraes, sobre os critérios para a publicação das teses nos anais, sua inclusão não implicava aprovação, mas dependia da consideração que elas mereciam dos congressistas.³⁰

O ato inaugural aconteceria no Teatro Municipal com uma mesa composta por Aníbal Machado, Cristiano Cordeiro, Murilo Rubião, Otto Lara Rezende, Roque Javier Laurenza, Dionélio Machado, Francisco de Assis Barbosa, Carlos da Silveira, Haddock Lobo, Jorge Amado, Mário Neme, Ernesto Feder e Sérgio Milliet presidente da seção de São Paulo quem iniciaria fazendo um discurso de boas vindas. Já na abertura Sérgio Milliet afirma as sérias dificuldades da realização do encontro, não apenas pelas comuns questões financeiras, mas pelo desinteresse da categoria. O tom do discurso é de apelo às responsabilidades do escritor frente ao mundo.

Sérgio Milliet declara ao dar as boas vindas, o propósito central do encontro. Diz:

Ei-vos aqui em vossa terra, meus amigos, num momento grave de nossa vida, a fim de debatermos juntos questões de importância para a nossa classe. Questões éticas em primeiro lugar (...) éticas ainda em segundo, terceiro e último lugares. Porquê, afinal, tudo não passa de ética. Não há vida coletiva sem código de moral. A estes se prendem as atividades do grupo nas suas relações internas e externas.³¹

O discurso acentua o caráter de união. Não obstante não deixa de mencionar as dificuldades, as divisões internas, e o que ele considerou como ceticismo cômodo de alguns. Qual o sentido destas afirmações? Milliet chama a atenção em seu discurso para a postura dúbia de alguns escritores. Segundo Florestan Fernandes, nos dias anteriores ao evento corria rumores que seria este um encontro subversivo.³² Drummond corrobora a hipótese informando que havia o risco de a polícia proibir o evento.³³ O clima de censura era, ao que tudo indica, dominante. Em 6 de Janeiro, *O Jornal* noticiaria que Aníbal Machado, tratando de dirimir dúvidas e “denunciando manobras insidiosas” daria declaração aos *Diários Associados* na qual insistia nos “elevados propósitos do Congresso” A tentativa de controle do governo não impede que Aníbal identifique o Congresso como um movimento. Suas palavras seriam transcritas no jornal:

30 *Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores*, p.71.

31 *Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores*, p.24.

32 *Folha da Manhã*, 24 de Janeiro de 1945, p.5.

33 ANDRADE, Carlos Drummond de *O observador no escritório*, p.17.

Nosso movimento se reveste de um sentido nitidamente objetivo. Discutiremos apenas as teses que digam respeito diretamente aos direitos autorais não só do escritor como também do jornalista. Todos os problemas do homem de letras merecerão nossa atenção e serão objeto de estudo e debate. Divulgação cultural, intercâmbio cultural, literatura infantil, e democratização da cultura são os principais temas a serem focalizados.³⁴

Acresce-se a este clima de tensão e censura a relação, ainda que passada, de muitos destes intelectuais com o Estado Novo. De fato, a declaração final do Congresso seria divulgada inicialmente através de volantes e só sairia na imprensa, passados dois meses, em 4 de março.³⁵ Milliet considera atingido o objetivo do Congresso se lograda, segundo suas palavras, uma ética, um código moral que oriente a sociedade.

No mesmo sentido é pronunciado o discurso de Aníbal Machado, presidente do diretório nacional da ABDE, enfatizando o papel do escritor na vida nacional. Aníbal atribui ao escritor a missão de esclarecer o público. Sua fala afirma que a iniciativa não foi uma “inspiração ocasional”, mas uma “exigência que o momento histórico impôs aos intelectuais brasileiros”. Ele professa uma “comunhão necessária de pensamento, de consciência e de ação”. Os escritores são “guias num mundo obscuro e atormentado”.

Interroga-se ainda porque, num congresso de escritores, realizar considerações que parecem marginais à vida do espírito? A consciência sobre a realidade como qualidade primordial do intelectual era a proposição afirmada inúmeras vezes e a garantia da legitimidade de sua atuação. Ao identificar no intelectual o porta-voz de uma consciência crítica nacional, Aníbal Machado realiza uma condenação aberta ao papel da literatura no passado como algo voltado desinteressadamente para o “deleite”, a “re-creação”. O escritor era o porta-voz da boa sociedade, escrevia para ela, para reafirmá-la ou reafirmar-se dentro dela e não para criticá-la. A literatura não se interessava pelo povo. Conforme Guilherme Mota existia uma profusão de termos apocalípticos.³⁶ O mesmo autor aponta como fato novo a referência ao povo. A partir daí criava-se um “divisor de águas, no qual a perspectiva política passava a fazer parte dos diagnósticos sobre a vida cultural”.³⁷ E está claro nas palavras de Aníbal Machado a necessidade de estabelecer essa fronteira entre o passado e o presente. Apresentando este último como um momento novo, no qual o escritor, como nunca, ocuparia o lugar de crítico da sociedade.

Nos trabalhos de instalação do Congresso são lidas cartas de escritores que não puderam estar presentes e que enviam seu apoio. Mencionam-se

34 *O Jornal*, 06 de Janeiro de 1945.

35 BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*, p.38.

36 MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*.

37 MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*, p.138.

as cartas e telegramas de escritores brasileiros e intelectuais de diversos países.³⁸ Também discursa em plenário Roger Bastide, falando em nome dos escritores franceses da Resistência e sublinhando o caráter vasto dessa resistência, da existência de uma comunidade mundial de intelectuais, na qual o Brasil se inclui, unida em nome da liberdade. A presença de membros estrangeiros é bastante emblemática, situando o encontro numa simbologia determinada, evocava o que começava a ser construído como memória coletiva da resistência ao nazi-fascismo. Após o discurso de Rogers Bastide, integralmente transcrito nos anais, seria dada a palavra ao adido cultural da embaixada americana, Sr. William Rex Crawford. Suas palavras serão resumidas nos anais, informando duas questões centrais em seu discurso: a importância do evento no momento político mundial de defesa da democracia e a necessidade de pensar medidas de difusão da literatura brasileira nos Estados Unidos.

Ainda no dia 22, às 21 horas é realizada a primeira sessão plenária para a verificação dos poderes das comissões e delegados. O presidente Sérgio Milliet informa que no dia seguinte, 23 de janeiro, as comissões deveriam se reunir para eleger seus presidentes e secretários. Somente no dia 24 realiza-se a segunda sessão plenária, tendo início os debates. Nesta sessão predomina a disputa sobre o regimento interno do Congresso, examinando-se, principalmente, o modo de encaminhar as teses para aprovação ou rejeição. O plenário reivindicava maior participação, ou seja, que não apenas as comissões tomassem conhecimento das teses e apenas levassem à plenária o resultado do parecer, mas que o plenário pudesse discutir sua importância e validade. Fernando Azevedo levanta a questão se deve ser revisto e modificado o regimento quando este afirma que “todas as conclusões aprovadas pelas comissões do Congresso estão aprovadas por este Congresso”³⁹ ou se este deveria ser modificado para que as conclusões fossem analisadas pelo plenário dando, portanto, soberania ao plenário e não às comissões.

As comissões e teses

A importância das discussões não impediu que surgisse falta de acordo com relação aos temas levantados em plenária, à afinidade destes com o que deveria ser central num Congresso de escritores, um debate estreitamente vinculado à compreensão que se tinha do papel do escritor. Na

38 São mencionados: Einstein, Fedor Ganz, do embaixador do Equador, e de Pedro Nava, Murilo Mendes, Pontes de Miranda, Otávio Tarquínio, Lucia Miguel Pereira, Noêmia Correia Leite, Antonio Correia Leite, Joaquim Correia Leite, Guignard, Carlos Drummond, Jorge Kassowsky, Viriato Correia, Olívio Montenegro, Otávio Freitas Júnior e Ivo Aquino. Estão presentes ao encontro e falam William Rex Crawford, encarregado das relações culturais norte-americanas no Brasil e Roque Javier Laurenza representante do Panamá.

39 *Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores*, p.43.

lista das teses aprovadas e recomendadas estavam desde os assuntos específicos sobre direitos autorais, passando por outros mais gerais sobre a democratização da cultura brasileira, chegando às questões sociais do período como superação do analfabetismo e reforma agrária.

O exame pontual das comissões, ainda que nos limites deste artigo, permite delinear os temas recorrentes e sua relevância no contexto de fim do Estado Novo. Das quatro comissões a de teatro, imprensa, rádio e cinema será a que menor número de teses receberá. Ao todo serão seis divididas por sub-comissões. A única que não receberá teses será a sub-comissão de cinema que elabora proposta solicitando que a ABDE reivindique nos jornais uma secção de crítica cinematográfica autônoma aos interesses comerciais; que esta aja junto ao governo para criação de uma filмотeca pública de arte; que se faça representar no Instituto Nacional de Cinema Educativo; que exerça algum controle sobre as traduções de letreiros e legendas de cinema; que seja composta uma comissão com representantes da associação para criação de faculdade de cinema; que a associação reivindique criação de clubes de cinema e finalmente que a ABDE elabora listas de recomendações de filmes de exibição gratuita para fins educativos. A sub-comissão de jornalismo recomenda uma solicitação ao Governo Federal para por fim às restrições adotadas pelo DIP, fim da censura e algumas recomendações para que a ABDE fiscalizasse e cobrasse colaborações assinadas em jornais. Na discussão das teses, observa-se a existência de desacordos quanto aos temas de direitos autorais. Das treze teses apresentadas e lidas pela comissão é unânime a necessidade de se elaborar um anteprojeto de lei ao encargo da Comissão Jurídica da ABDE. O anteprojeto de Direitos Autorais apareceria nos debates que se dão no II Congresso em Belo Horizonte, e é encaminhado ao Parlamento Nacional. Astrojildo Pereira informa de projeto de lei em curso, durante o ano de 1947, na Câmara dos Deputados. Neste momento algumas discórdias aparecem com relação a pontos importantes do projeto como inalienabilidade do direito autoral, taxação de obras caídas em domínio público, a associação profissional única, função tutelar delegada à associação, etc.⁴⁰

Os trabalhos da Comissão de Cultura e assuntos gerais se realizam num ambiente de maior controvérsia. Esta será a comissão com maior número de trabalhos. As vinte e oito teses mencionadas nos anais discorrem sobre temas muito variados. Além de alguns serem considerados fora do alcance do Congresso, em outros se critica a natureza demasiado teórica que não importam em medidas práticas, em outros o parecer é negativo em virtude de uma inadequação do texto. Vale destacar algumas propostas e os encaminhamentos.

40 PEREIRA, Astrojildo. *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p.279.

Sérgio Buarque de Hollanda, relator da comissão de cultura faria a leitura da tese sem título de Ernesto Heli A. S. Carvalho, membro do PCB, cujo nome aparece processado pela chamada Intentona Comunista.⁴¹ Na tese pede que o Congresso dê o apoio ao Presidente da República, posição aliás defendido pelo PCB. O parecer da Comissão rejeita a tese invocando o Regimento Interno que, no Capítulo IV, art. 19, proibia moções de caráter político. O parecer afirma que o Congresso não deve tomar conhecimento da tese. Está claro que o apelo ao regimento se constitui em artimanha, uma vez que existia uma comissão de assuntos políticos e inúmeras moções também de cunho político que para driblar o regimento são apresentadas sob a forma de saudação ou mesmo de tese. Porque não encaminhá-la para ser considerada pela Comissão de Assuntos Políticos? Nesse sentido o Congresso assume uma postura aberta contra Getúlio Vargas. A desaprovação ao governo reaparece na rejeição da tese de autoria de A. Hoffman intitulada “O nível cultural da Nação – sugestão de um meio que pode contribuir para elevá-lo” na qual se propõe a criação de uma Revista de divulgação cultural sob a responsabilidade do DIP.

De modo geral os temas levados à comissão de cultura buscavam refletir sobre a postura e o papel dos escritores diante da questão da democratização da cultura, a saber, o ensino, o analfabetismo, a questão da gratuidade do sistema educacional, a liberdade de cátedra, criação de bibliotecas e liberdade de pensamento e expressão. Algumas teses, apesar da abrangência, tiveram relevância nas discussões por refletir uma posição clara politicamente. É o caso de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira que apresentariam a tese, recomendada para publicação, intitulada: “liquidação do analfabetismo”. Nela predomina a preocupação em trazer para a discussão da literatura os temas, na época, tidos como importantes sobre a realidade brasileira propondo um sentido amplo de democracia: democracia política, econômica e cultural. Segundo diz: “para atingir a democracia cultural não se pode, de forma alguma, prescindir da democracia política e econômica”. E enfatiza, “na história de nossa vida cultural temos preciosos exemplo de que o escritor brasileiro sempre participou, em maior ou menor escala, das lutas políticas do país, para a solução dos problemas nacionais”. E cita os exemplos de Gregório de Matos, Castro Alves, Euclides da Cunha e Rui Barbosa. O passado aqui é lembrado como um passado de lutas, no qual o escritor sempre ocupou importante papel.

A apresentação desta tese e a discussão que ela traz são esclarecedoras. Anteriormente uma tese semelhante havia sido apresentada por Humberto Bastos. O parecer é lido por Alceu Marinho Rego, da comissão de cultura e nele é sugerida sua aprovação. A tese, no entanto, é rejeitada

41 VIANNA, Marly de Almeida Gomes. As rebeliões de novembro de 1935. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 21, n.47, 2006.

por ser considerada por Carlos Lacerda, que a simples alfabetização não era um problema de cultura. A alfabetização convertia-se em demagogia. Carlos Lacerda teria o apoio de Fernando Azevedo, assim como de Martins de Almeida. Segundo Fernando Azevedo o problema da educação popular não se restringia á alfabetização. A negativa pode ser pensada como indicativa da necessidade de marcar claramente a distinção entre o programa do governo e o problema fundamental da educação popular brasileira. Humberto Bastos propunha que a ABDE realiza-se um memorial sobre a situação da alfabetização no Brasil, apoiando a ideia do Instituto Nacional de Educação. O parecer é então rejeitado. Logo em seguida é apresentada a tese de Astrojildo Pereira: liquidação do analfabetismo. O parecer da comissão, desta vez favorável, sugere uma clivagem política complexa, indicando, no jogo de forças, uma busca de autonomia por parte da ABDE. Recordamos que o PCB encontrava-se, desde 1943, numa postura de união nacional, de apoio ao governo Vargas na luta antifascista. As lutas internas no Congresso da ABDE estavam marcadas por esse dilema. No entanto, contrariamente a posição do partido e apesar da forte representação comunista, são rejeitadas quaisquer tese de apoio explícito ao governo.

A comissão de assuntos políticos será a última antes do encerramento do Congresso. Esta receberá onze teses. A sessão inicia com a indicação de Plínio Gomes de Melo sobre a censura que o Congresso estava sofrendo, proibindo a divulgação nos jornais das conclusões sobre liberdade de imprensa. Verifica-se, no debate das teses para sua publicação ou não, um certo cuidado com a conveniência destas. O que isto significaria? Provavelmente temia-se pela censura. A tese de Helio Pelegrino intitulada "O escritor e a luta contra o fascismo" é rejeitada acusando-a de panfletária e inconveniente, apesar dos "princípios elevados", segundo Carlos Lacerda. A tese é recusada pela comissão.

Os Comunistas na ABDE

Conforme a declaração de Jorge Amado, realizada anos depois em seu livro de memórias, em 1945 seria presidente da delegação baiana da ABDE e um dos vice-presidentes do Congresso, e como tal ele fora chamado pelo PCB para desempenhar a "tarefa" de ajudar na organização do conclave. Segundo o escritor baiano duas correntes se debatiam no plenário: os democratas e os comunistas. O grupo dos democratas era composto por liberais, democratas cristãos e sociais democratas além de comunistas não-alinhados como Caio Prado Jr., Mário Shemberg e obedeciam "à batuta" de Carlos Lacerda que havia rompido com o PCB em 1942.⁴² É possível

42 AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

interrogar-se se havia tamanha clareza política entre os participantes no momento. Esta análise *a posteriori* provavelmente não estava tão bem definida entre os congressistas, porém o embate já se definia nesse sentido.

Deve-se atentar que a participação dos comunistas numa entidade cultural como a ABDE está estreitamente ajustada às diretrizes internacionais do *Comintern* no sentido de uma política aliancista, assim como a uma mudança da composição social do partido, com uma acentuada influência na militância pós-1935, de classes médias e intelectuais.⁴³ Nesse contexto filiam-se ao PCB, muitos que haviam participado da ANL em 1935, como Rubem Braga, Aníbal Machado e Genolino Amado que formaram nos anos 1930 a Liga pela Defesa da Cultura Popular e nos anos 1940 seriam elementos atuantes da ABDE. Fazem parte da lista de intelectuais do partido, nesses anos, escritores como Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato.⁴⁴ Entre 1945 e 1947, com o partido na legalidade a participação de intelectuais torna-se bastante expressiva. O crescimento do partido, no entanto, não trouxe unidade de ação ou homogeneidade ideológica. As tensões refletiam também as disputas internas e diferenças regionais. No Rio de Janeiro, um grupo de militantes reivindicava união nacional com apoio de Vargas, pleiteando a liderança do partido, porém em São Paulo, militantes como Caio Prado e Mário Schemberg, organizados no Comitê de Ação, rejeitava a liderança carioca, opondo-se à decisão da Conferência da Mantiqueira (1943) de apoio a Vargas. A posição de Prestes em favor da união nacional levou à saída de alguns membros do PCB que iriam depois compor a Esquerda Democrática. Estas divisões estavam presentes na ABDE.

Vale indagar ainda, no recorte temporal aqui destacado (1942-1949), qual a atuação do partido no âmbito cultural? Se por um lado, verifica-se uma ampliação da influência do partido, ainda que quase sempre na ilegalidade, por outro, a palavra de ordem era de revolução nacional-democrática, expressa na tese de união nacional.⁴⁵ Esta postura repercute sobre o campo das artes, de maneira distinta do que foi nos anos 1950-60, quando o PC procura influir diretamente na produção artísticas dos intelectuais militantes. Neste que podemos nomear como um primeiro período da ABDE há uma forte tensão e resistência para manter a autonomia da entidade. Chamamos a atenção para a importância deste recorte, lembrando que será com as eleições de 1949, para direção da ABDE, que a tensão entre comunistas e não-comunistas leva à saída de muitos dos seus membros. Nesse período,

43 RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. (dir.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981, v.X, p.383.

44 GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1950)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009, p.94.

45 PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.163.

o ano de 1947 também deve ser lembrado, como momento de inflexão marcado pela Guerra Fria e no Brasil, cassação do Partido. Internamente o PC procura criar uma frente ideológica através do controle de instituições culturais como ABDE.

A participação dos comunistas será uma das questões de maior conflito nos congressos seguintes. No ano de 1945, quando a luta democrática estava no auge, alguns comunistas que têm uma atuação importante no Congresso da ABDE estavam de alguma maneira, afastados da cúpula do partido, como é o caso emblemático de Astrojildo Pereira. Este seria um dos mais atuantes membros da ABDE e defensores da postura de ativismo político dos escritores.

Afirmaria:

O que se costuma chamar apoliticismo é apenas uma posição conformista, a fuga a um dever elementar da cidadania. O escritor, o cientista, o artista que alega a sua condição de intelectual para se refugiar no apoliticismo, está, conscientemente ou não, servindo a pior das políticas, à política da reação e do anti-progresso.⁴⁶

Astrojildo Pereira, durante o Congresso de 1945 além de apresentar a tese mencionada seria um dos mais atuantes organizadores do encontro. Na abertura dos trabalhos da Primeira Sessão Plenária, num ato de valor simbólico, Astrojildo Pereira, Antônio Candido, Alberto Passos Guimarães, Guilherme Figueiredo e Osório Borba presidem sessão que, sob grande aplauso, apresenta os Congressistas e conferem suas credencias. A composição desta mesa expressa a heterogeneidade de forças: Astrojildo estava afastado do Partido Comunista e vinha dedicando-se à crítica literária; Antonio Candido era vinculado ao grupo de São Paulo da Resistência, depois Esquerda Democrática; Alberto Passos Guimarães e Osório Borba eram do PCB, o primeiro esteve a frente das atividades da editora Vitória, e Guilherme Figueiredo era teatrólogo que participaria em 1932 da Revolução Constitucionalista, junto ao seu pai, comandante das tropas rebeldes.⁴⁷

Intelectuais engajados

A análise do papel dos intelectuais na vida política se constitui em um campo de estudo com uma longa trajetória e bastante profícuo. Mencionar este tema significa, ao menos, identificar três importantes autores que, ao largo do século XX construíram marcos de análises que não podemos deixar de aludir.

46 *Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores*, p.238.

47 Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar>. Ver também: RUBIM, Antonio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim. (org.) *História do marxismo no Brasil*.

Em primeiro lugar, falar sobre o intelectual e a vida nacional nos remete necessariamente às análises de Antonio Gramsci. Pese a importante e extensa produção sobre a categoria de intelectuais em Gramsci, destacamos muito resumidamente, em primeiro lugar, a importância da cultura no pensamento deste autor e conseqüentemente a proeminência do papel social daqueles que exercem a atividade de intelectual. A categoria de intelectuais alcança na obra de Gramsci dimensões políticas inauditas. Seu critério toma como base as funções que este desempenha nas sociedades contemporâneas. Seu caráter pode ser transformador da ordem social ou não. Ao identificar duas formas de intelectuais, o orgânico e o tradicional, Gramsci chama a atenção para a complexidade ao relacioná-lo com o grupo social.⁴⁸

Norberto Bobbio retoma a discussão sobre os intelectuais a partir do ponto de vista da tarefa política do intelectual, da função a que são chamados a exercer na sociedade, distinguindo o ideólogo do experto. Esta proposição é pensada sobretudo para as sociedades contemporâneas onde os Estados necessitam atuar particularmente por meio de um conhecimento técnico nas esferas da economia e da política.⁴⁹

Com relação aos intelectuais da geração de 1920 e 30 no Brasil são bastante conhecidos os estudos de Daniel Pecaú e Sergio Miceli.⁵⁰ O primeiro analisa a convergência dos intelectuais em direção a uma posição de elite dirigente. Seu estudo indica uma interessante perspectiva sobre o sentido de *engagement* na realidade de final de Guerra no Brasil. A menção ao Congresso de Escritores de 1945 ratifica a ideia de um desconcerto político geral que, entre os intelectuais significou, segundo o autor, abster-se de tomar posições definidas. Sergio Miceli analisa esta mesma geração de intelectuais tentando vislumbrar suas posições através da origem social, considerando a posição de dependência frente a situação de filhos de famílias oligárquicas decadentes. Ambos trabalhos oferecem subsídios indispensáveis para este estudo, apesar de que nenhum dos dois se deteve no objeto que busco analisar.

Em estudos recentes sobre a história dos intelectuais na França, Jean-François Sirinelli, aponta que este deve ser efetuado na interseção entre o político, social e o cultural.⁵¹ No exame da história dos escritores reunidos na ABDE parece ser este um sugestivo modelo de análise. Estes escritores reunidos no primeiro congresso da associação tomam para si, como tema substancial, o debate sobre seu lugar na vida contemporânea e em maior

48 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

49 BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

50 PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990; MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*.

51 SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.242-243.

grau na política, tendo em vista o intervalo de fim de guerra e a crise da ditadura de Vargas.

Nesse processo de redemocratização qual seria o papel do escritor? Com relação à ABDE um problema deve ser posto: qual o significado que se atribui ao termo “escritor”? A quem exatamente ela se aplica no Congresso de 1945? Segundo Sirinelli, a própria categoria de intelectuais tem contornos mutáveis. Como é possível, então, realizar uma definição? Da mesma forma pode-se pensar, no estudo deste grupo de escritores, na noção de geração como uma problemática a ser confrontada e analisada. Mais do que um procedimento descritivo deve-se atentar que estes fenômenos de geração não são inertes, mas funcionam como “engrenagens determinantes do funcionamento desse meio”.⁵²

Na medida em que examinamos atentamente a lista dos participantes do Congresso observa-se uma compreensão significativamente ampla da categoria de escritor. Não apenas eram homens de letras conhecidos e de relevância nacional como também jornalistas, críticos, ensaístas.

De fato a lista dos membros era bastante heterogênea, todos de uma maneira ou outra tinham relações fortes com as letras, mas não necessariamente era autor de obra literária. O estatuto de fundação da ABDE considera escritor todo aquele que tenha publicado em qualquer meio.⁵³

A categoria de “intelectuais”, no contexto, parece confundir-se. Neste estudo, é apropriado, lembrarmos novamente o que Jean-François Sirinelli propõe, ou seja, é possível pensar duas acepções para intelectuais: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, a outra mais estreita baseada na noção de engajamento”. Esta última, no entanto, não deve ser autônoma visto que o engajamento ou a legitimação da atuação do intelectual na sociedade advém precisamente de sua especialização, de um reconhecimento que privilegia essa especialização como marco para a intervenção política.⁵⁴

Na ABDE esta definição aparece nas discussões das teses que eram submetidas ao plenário. Ao refletir sobre seu papel na sociedade, o escritor estava buscando também definir um campo de atuação. Nas décadas de 1930 e 1940 a politização fez da criação literária, o lugar privilegiado de crítica e, nesse sentido, seu ângulo mudou, acompanhando também o percurso dos ensaios sociológicos. O escritor percorria o caminho da radicalização da crítica, apontava diretamente para os dilemas sociais do país, procurava seu personagem no trabalhador pobre, no sertanejo miserável. A complexidade da definição de intelectual/escritor passa também

52 SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais, p.255.

53 Arquivo Astrojildo Pereira. CEDEM/Unesp. Estatuto da Associação Brasileira de Escritores. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1943.

54 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais, p.242-243.

pela questão da configuração política destes anos que, como vimos, se faz presente na ABDE.

Para finalizar algumas questões ficam levantadas. Quais os desdobramentos da ABDE e das questões postas no Congresso de 1945? Como se resolve o conflito entre a proposição de uma organização profissional e o lugar da política? A partir de 1947 o cenário que se vislumbra inviabilizaria, para a ABDE, uma posição de distanciamento político defendida por alguns. A tensão e conflito aprofundam-se. Com o PCB na ilegalidade, seus membros buscariam uma maior atuação na ABDE uma vez que dela participavam diversos escritores que pertenciam ao partido, além de ser ela uma organização caracterizada por uma atuação importante na política nacional. Em outubro desse ano concretiza-se em Belo Horizonte, o II Congresso dos escritores e este era o momento de dar maior ênfase à participação dos comunistas na associação. A questão fundamental, apresentada no congresso pelos escritores comunistas, entre eles Jorge Amado, seria a da aprovação de uma moção contra o fechamento do PCB e contra a caça os seus parlamentares. Ao querer priorizar essa moção, alguns dos membros da Associação opuseram-se. A contenda que se estabeleceria revelava, na verdade, um outro conflito que se desenvolvia dentro do partido. A ilegalidade transformara a linha política do partido, nacional e internacionalmente. A Doutrina Truman, exposta em março de 1947 dava início à Guerra Fria e obviamente dividia os intelectuais. A ideia de um partido amplo e reformista era abandonada, e considerada ilusionista, em nome de uma concepção revolucionária. Da mesma forma que se alterava o tipo de organização partidária, constituindo-se uma máquina com forte presença de funcionários-militantes.⁵⁵ A estes conflitos somavam-se ainda o desagrado dos não comunistas frente às tentativas de transformação da ABDE em órgão de representação do PCB. Entre muitos escritores estava Graciliano que, apesar de discordar do estreito sectarismo que em muitos casos se impunha, sobretudo nas questões literárias, apoiaria os comunistas.⁵⁶

A tensão tem desdobramentos cada vez maiores. Em 1949, as eleições que antecederiam o Congresso desse ano causariam uma séria crise, com o desligamento de diversos membros importantes. Este racha resultaria mais tarde na ruptura da ABDE de São Paulo enfraquecendo a entidade. Depois dos acidentes de 1949 na imprensa comunista saíam artigos no qual acusavam duramente aqueles que haviam abandonado à ABDE. Segundo as informações do Boletim da ABDE de agosto desse ano, existiam antes das eleições 1.119 sócios. Saíram após a eleição 425, restando 694.⁵⁷

55 PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.172.

56 MORAES, Denis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, p.248.

57 AAP.CEDEM. Boletim da ABDE, agosto de 1949.

Ao retornarmos ao manifesto de 1945 compreende-se que ele resultou de um consenso final alcançado em torno da natureza política do evento. As circunstâncias históricas ditaram o clima do encontro. O Congresso é encerrado com a leitura em plenário de sete moções que conformariam a Declaração de Princípios composta de três pontos: 1) A legalidade democrática como garantia da completa liberdade; 2) Sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto; 3) Pleno exercício da soberania popular em todas as nações. Estes princípios são evocados nos congressos seguintes, contudo, o clima de consenso não se mantém. Para alguns a Associação deveria preservar o caráter de entidade em defesa dos interesses do ofício do escritor.

A tensão que aqui se verifica motivou as questões propostas neste artigo. Pretendeu-se, nesse sentido, reconstruir e refletir a respeito deste processo e desta organização que teve uma atuação importante nos anos 1940 e 1950 em âmbito nacional e regional, apontando suas possibilidades de investigação. O surgimento da ABDE no cenário político trouxe para o debate nacional, de maneira aberta, a discussão sobre o lugar do intelectual na vida nacional e mostra-nos a pluralidade de atores e a complexidade deste momento de transição democrática. Por outro lado, colocava uma questão não menos importante e significativa neste momento: a necessidade de regulamentação do trabalho de escritor. Pretendemos aqui trazer a luz parte da dinâmica de um processo de ampla participação política na história da República, no qual proliferaram organizações políticas e sociais.⁵⁸ A ABDE e os Congressos que organiza deve ser inserida e compreendida como parte deste processo.

58 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo da experiência democrática: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, p.127.